CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE001324/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/09/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR057643/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.238969/2025-24
DATA DO PROTOCOLO: 19/09/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREGADOS ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE NO EST CEARA, CNPJ n. 07.346.638/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE QUINTINO NETO;

E

SINDICATO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE SERVICOS MEDICOS, CNPJ n. 60.902.764/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DILSON LAMAITA MIRANDA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissionais de empregados em hospitais e casas de saúde, abrangendo os profissionais de enfermagem em geral, vinculados por contratos de trabalho (ressalvado o duplo enquadramento dos que também sejam enfermeiros, auxiliares técnicos de serviço paramédicos, tais como, técnico de laboratório clínico, operador de raio-X, de radioterapia, de cobaltoterapia, de eletroencefalografia, de eletrocardiografia, de hemoterapia, atendentes, auxiliares de serviços médicos, burocratas, massagistas, duchastes, pedicuros, e empregados em hospitais, clínicas e casas de saúde, diferenciada, com abrangência territorial em CE.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Ficam assegurados os seguintes pisos salariais para os empregados que compõem a categoria profissional a partir de 01 maio de 2025:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: R\$ 2.269,28
AUXILIAR DE ENFERMAGEM: R\$ 1.625,18
AUXILIAR DE LABORATÓRIO: R\$ 1.591,31
MAQUEIRO/AUXILIAR DE TRANSPORTE: R\$ 1.646,60
RECEPCIONISTA/ATENDENTE: R\$ 1.591,31
MOTORISTA SOCORRISTA: R\$ 2.430,26
COPEIRA: R\$ 1.591,31

Parágrafo primeiro: Os pisos acima fixados correspondem, tão somente, aos salários decorrentes das jornadas normais de trabalho, correspondentes a 220 (duzentas e vinte) horas mensais, neles não se encontrando incluídos os adicionais e demais direitos a que o (a) empregado (a) faça jus.

Parágrafo segundo: As diferenças monetárias decorrentes do reajuste dos pisos salariais, acima, serão pagas na folha de pagamento do mês subsequente ao da assinatura do presente instrumento coletivo.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

É concedido aos empregados das cooperativas de trabalho médico que não tenham piso salarial estabelecido na presente convenção, a partir de 1º de maio de 2025 o reajuste salarial de 5,53% (cinco vírgula cinquenta e três por cento) sobre o salário de abril de 2025.

Parágrafo primeiro: As diferenças monetárias decorrentes do reajuste dos salários serão pagas em até duas parcelas nas folhas de pagamento dos meses subsequentes ao da assinatura do presente instrumento coletivo.

Parágrafo terceiro: Referente à Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, resta estabelecido entre as partes a aplicação de reajuste salarial no percentual de 3,69% (três vírgula sessenta e nove por cento), a ser pago em quatro parcelas, caso haja diferenças pecuniárias em aberto.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DE SALÁRIO

As cooperativas que após o dia 1º de maio de 2025 e até a data da assinatura desta Convenção, reajustaram os salários dos seus empregados no percentual acima do aqui estabelecido, não poderão retroceder no aumento ofertado, salvo se este reajuste tiver caráter de antecipação por conta do acordo e desde que tenha sido publicado no quadro de aviso, além de mencionado no comprovante de pagamento em evento separado do salário-base.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão mensalmente a seus empregados o comprovante do pagamento de suas remunerações, com identificação da cooperativa, no qual constem os salários percebidos, os adicionais, inclusive o de horas extras, e os descontos especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem a referida remuneração do empregado, inclusive os depósitos do FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIA DO PAGAMENTO

Os empregadores deverão pagar o salário de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado, conforme art. 459, § 1º da CLT.

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL E EM DIAS DE FERIADOS

O trabalho realizado em dias feriados ou de repouso semanal remunerado será remunerado com um acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal ou compensado com dois dias de folgas, além das folgas existentes, nas hipóteses não contempladas na cláusula referente à COMPENSAÇÃO DE JORNADA.

Parágrafo único: A forma de pagamento será em dobro (adicional de 100% sobre a hora normal) ou concessão de folga dobrada que o empregado utilizará nos 30 (trinta) dias subsequentes.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA NONA - SALÁRIO DE SUBSTITUTO

Fica assegurada ao substituto a percepção de remuneração igual à do substituído, quando o período de substituição for superior a 20 (trinta) dias, desde que tenha sido efetivamente designado para este fim, pelo respectivo empregador, excetuando-se as vantagens pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADIANTAMENTO SALARIAL

As cooperativas ficam desobrigadas do cumprimento de quaisquer acordos, convenções e sentenças normativas relacionadas às cláusulas que foram devidamente antecipadas, nos termos dos entendimentos firmados entre os signatários e constantes das atas já negociadas.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANOS DE SAÚDE

10.1. As cooperativas garantirão aos seus empregados o benefício do plano de saúde conforme regras internas vigentes, em tudo se observando as regras emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

10.2. Para os empregados da Unimed do Cariri:

Parágrafo primeiro: Somente para os empregados admitidos antes de 31 de Dezembro de 2019, e que tenham contratado com a Unimed do Cariri, plano de saúde na modalidade individual/familiar, com coparticipação, independente da abrangência, o desconto na mensalidade incidirá para os titulares (empregados) e dependentes (filhos, esposa/marido/companheira(o), podendo ainda manter os planos vigentes, conforme área de abrangência contratada, garantindo direito adquirido de manutenção no contrato aos dependentes já inscritos

Parágrafo segundo: A partir de 1º de janeiro de 2023, a Unimed do Cariri garantirá aos seus empregados que contratarem com ela plano de saúde na modalidade individual/familiar, com coparticipação, de abrangência exclusivamente regional, um desconto na mensalidade de, pelo menos, 60% (sessenta por cento), desconto este que vigorará sobre o valor do plano na tabela vigente, e perdurará durante toda a manutenção do contrato de trabalho entre o empregado e a Unimed do Cariri, devendo cumprir as carências contratuais normalmente. Fica vedada a inclusão de dependentes no referido plano de saúde, uma vez que o produto somente está disponível para contratação pelos beneficiários que possuam vínculo trabalhista com a operadora de plano de saúde.

Parágrafo terceiro: Fica resguardado o direito de permanência no plano de saúde daqueles dependentes existentes até 30 de abril de 2023.

Parágrafo quarto: Havendo o desligamento do empregado, seja por qual motivo for, bem como o cancelamento do plano, não mais será concedido qualquer desconto na mensalidade do plano de saúde, sendo, contudo, assegurado o direito de manutenção do plano contratado ou a mudança para outro plano comercializado pela Unimed do Cariri, na tabela de comercialização vigente, atualizada de acordo com a

faixa etária do empregado e eventuais dependentes e nos percentuais de reajustes autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Parágrafo quinto: Em caso de cancelamento do plano de saúde do empregado por inadimplência, de acordo com as regras emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, fica vedada a reativação do benefício

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TICKET ALIMENTAÇÃO

UNIMED	VALOR	DESCONTO
Federação	R\$ 992,21	5%
Abolição	R\$ 992,21	5%
Sobral (escritório)	R\$ 992,21	5%
Sertão Central do Ceará	R\$ 992,21	5%
Cariri	R\$ 992,21	5%
Centro Sul do Ceará	R\$ 619,50	5%
Nordeste Ceará (escritório)	R\$ 727,66	5%
Vale do Jaguaribe	R\$ 929,30	5%
Crateús (escritório)	R\$ 581,96	5%
Hospital Sobral	R\$ 509,25	5%

As cooperativas de serviços médicos do Estado do Ceará, exceto a Unimed Fortaleza, concederão a todos os empregados abrangidos pela presente convenção coletiva de trabalho, ticket refeição ou ticket alimentação, a partir de 1º de maio de 2025, nos valores consignados na tabela acima, por dia útil de trabalho, sendo autorizado desde logo, o desconto mensal, em folha de pagamento, de cada empregado beneficiado pela presente convenção coletiva de trabalho, conforme o percentual apontado, incidente sobre o valor do benefício:

Parágrafo Primeiro: O ticket alimentação previsto nesta cláusula não será concedido quando o empregado faltar ao trabalho injustificadamente.

Parágrafo Segundo: O valor do ticket alimentação fixado na presente cláusula será retroativo a 1º de maio de 2025 e as diferenças monetárias decorrentes do reajuste deste benefício serão pagas por ocasião do pagamento dos salários do mês subsequente ao da assinatura da presente convenção coletiva.

Parágrafo Terceiro: Será mantido o pagamento do vale alimentação nos casos de férias e licença maternidade, sendo suspenso o benefício nas demais modalidades de afastamento previdenciário.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do (a) empregado (a), as cooperativas pagarão R\$ 3.952,13 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e treze centavos), a título de auxílio funeral aos herdeiros legais, mediante apresentação do atestado de óbito.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXILIO CRECHE COM COMPROVANTE

As cooperativas de serviços médicos do Estado do Ceará, exceto a Unimed Fortaleza, deverão pagar mensalmente às empregadas e empregados que tenham filho(a)s até a data em que o menor completar 72 (setenta e dois) meses de idade, inclusive filho(a) adotivo(a), a importância de R\$ 247,99 (duzentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), a título de auxílio creche, mediante apresentação de documentação comprobatória, a partir de 5º (quinto) mês de vida da criança ou a partir da apresentação da documentação que comprove a adoção ou guarda definitiva da criança, para despesas de auxílio, sendo do empregado ou empregada o ônus da comprovação perante a cooperativa, mediante a comprovação de despesas para que o empregador tenham documentos para demonstrar o pagamento do auxílio junto aos órgãos fiscalizadores.

Parágrafo Primeiro: Para fins de recebimento do auxílio-creche previsto no caput, deverão ser apresentados os comprovantes de matrícula da criança na creche e, semestralmente, o pagamento das mensalidades vencidas.

Parágrafo Segundo: O auxílio creche no valor de R\$ 247,99 (duzentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos) será implantado na folha de pagamento de maio de 2025.

Parágrafo Terceiro: Quando ocorrer de os cônjuges (pais da criança) trabalharem na mesma empresa o auxílio não será cumulativo, sendo pago somente a um dos cônjuges, ficando previamente estabelecidos qual dos cônjuges receberá o auxílio.

Parágrafo Quarto: As diferenças monetárias decorrentes do reajuste do auxílio creche serão retroativas a maio de 2025 e deverão ser quitadas na folha de pagamento do mês seguinte ao do registro da presente Convenção Coletiva, constando no contracheque sob a rubrica DIF AUX CRECHE CCT 2025.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO-BABÁ

As cooperativas de serviços médicos do Estado do Ceará, exceto a Unimed Fortaleza, deverão pagar mensalmente, mediante apresentação de documentação comprobatória, a partir de 5º (quinto) mês de vida da criança ou a partir da apresentação da documentação que comprove a adoção ou guarda definitiva da criança, às empregadas e empregados que tenham filho(a)s até a data em que o menor completar 72 (setenta e dois) meses de idade, cessando, automaticamente, após esta data, a importância de R\$ 247,99 (duzentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos) para cada filho(a).

Parágrafo Primeiro: O Auxílio babá não terá natureza salarial e será creditado como Ajuda de Custo, no rol do art. 457, § 2º, da CLTe não será cumulativo com o auxílio creche, cabendo ao empregado e à empregada optar pelo auxílio creche ou pelo auxílio babá.

Parágrafo Segundo: O benefício acima será extensivo à mãe e pai adotivos.

Parágrafo Terceiro: Quando ocorrer de os cônjuges (pais da criança) trabalharem na mesma empresa o auxílio não será cumulativo, sendo pago somente a um dos cônjuges, ficando previamente estabelecidos qual dos cônjuges receberá o auxílio.

Parágrafo Quarto: O auxílio babá será concedido à empregada e ao empregado, a partir da solicitação formal e da entrega da certidão de nascimento da criança, sem retroatividade. No ato, o setor pessoal entregará à beneficiária comprovante do recebimento da solicitação e da certidão.

Parágrafo Quinto: As diferenças monetárias decorrentes do reajuste do auxílio creche serão retroativas a maio de 2025 e deverão ser quitadas na folha de pagamento do mês seguinte ao do registro da presente Convenção Coletiva, constando do contracheque sob a rubrica DIF AUX BABA CCT 2025.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA PROFISSIONAL

Em observância ao artigo 29 da CLT e seu parágrafo 3º as cooperativas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS dos seus empregados, nela designando as funções efetivamente exercidas por eles.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.

A homologação da rescisão do contrato de trabalho de empregado que contar com mais de 30 (trinta) meses de serviço será realizada com a assistência obrigatória do sindicato laboral, no prazo de até dez dias, após o término do contrato, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a)** recusa do empregado em assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação ou tendo assinado, deixar de comparecer ao ato;
- b)** comparecendo o empregado, o mesmo suscitar dúvidas que impeçam a sua realização, hipótese em que o empregador reapresentará os novos cálculos, se for o caso, no primeiro dia útil imediato;
- c)** em outros casos, quando comprovadamente não existir culpa do empregador.

Parágrafo primeiro: O empregador deverá quitar as verbas rescisórias no prazo de até 10 (dez) dias após o término do contrato de trabalho.

Parágrafo segundo: O sindicato laboral prestará assistência também nas homologações, em caso de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, opondo as ressalvas que entender pertinentes.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARTA DE REFERÊNCIA

As cooperativas fornecerão, quando solicitadas, na rescisão do contrato de trabalho de seus empregados, uma carta de apresentação, onde constará o seu tempo de serviço, a função desempenhada, o seu último salário e que sua dispensa foi imotivada, ficando o empregador isento desta obrigação nos casos de dispensa por justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelas cooperativas, quando solicitado pelo empregado em atividade e obedecerá aos seguintes prazos: 05 (cinco) dias úteis para fins de auxílio doença, 10 (dez) dias úteis para fins de aposentadoria, inclusive do PPP, PPRA e PCMSO, 08 (oito) dias úteis em caso de óbito, ou seja, pensão por morte.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AVISO PRÉVIO

Na comunicação de aviso prévio ao empregado, deverá constar, obrigatoriamente:

- a) a forma como será cumprido (se trabalhado ou com dispensa do trabalho);
- b) a redução da jornada de trabalho exigida por lei, bem como o início e o término da jornada;
- c) a data de pagamento das verbas rescisórias (que será a data em que o empregado dispensado deverá comparecer à cooperativa, ao Sindicato ou à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/CE, conforme seja o caso para recebimento de referidas verbas).

Parágrafo único: O empregado será dispensado do cumprimento do aviso recebido, desde que obtenha novo emprego, devidamente comprovado, percebendo, neste caso, tão somente os dias trabalhados, conforme Súmula 276 do TST. Todavia, o pagamento das verbas rescisórias devidas será feito na data anteriormente prevista para homologação.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

O empregado impossibilitado de comparecer ao serviço por motivo de saúde justificará sua ausência mediante a apresentação de atestado médico ou odontológico (s), no prazo de 48 horas do início do afastamento, que poderá ser fornecido pelo respectivo especialista, sem prejuízo para o empregado dos benefícios de incentivo tais como cesta básica ou vale-alimentação.

Parágrafo primeiro: O atendimento médico de urgência e emergência, conforme previsão da CONSU 13 da ANS, do empregado ou empregada, após 90 dias de contratação, será realizado pelo serviço da cooperativa, dentro dos limites de cobertura do plano de saúde fornecido aos empregados, desde que o empregado e empregada tenham optado expressamente pela sua inclusão no plano de saúde.

Parágrafo segundo: Quando o serviço médico da cooperativa encaminhar o empregado a outro médico especializado, o empregador deverá aceitar o atestado fornecido por tal especialista.

Parágrafo terceiro: Em caso de hospitalização ou impossibilidade de locomoção, a entrega do atestado poderá ser feita por terceiros, ou por outros meios eletrônicos devidamente informados à chefia imediata e/ou setor de pessoal.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO

A todo empregado suspenso ou advertido disciplinarmente será entregue o documento formal, desde que por ele assinado, discriminando o motivo da punição, que deverá ser assinado pelo empregador ou seu representante legal, no qual o empregado dará o seu ciente e, no caso do empregado recusar assinar o documento, deverão ser escolhidas duas testemunhas que assinarão no lugar do empregado para atestar o fato.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA CARTEIRA FUNCIONAL OU CRACHÁ

Serão fornecidas gratuitamente pelas cooperativas aos seus empregados, quando da admissão, uma carteira funcional ou crachá, que serão obrigatoriamente devolvidos na dispensa e, em caso de perda, o empregado comunicará imediatamente o fato a cooperativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DANIFICAÇÃO DE MATERIAL DE SERVIÇO

As cooperativas não efetuarão descontos nos salários dos seus empregados de quaisquer valores decorrentes de danificação de materiais de serviço, salvo quando ficar apurada a responsabilidade do empregado no dano ocasionado.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada à empregada gestante, quando devidamente comprovada a gravidez perante o empregador, a estabilidade provisória de até 90 (noventa) dias após o término da licença maternidade, podendo, todavia, o empregador, rescindir o contrato de trabalho da empregada gestante, no curso do prazo acima previsto, na hipótese de justa causa ou pedido de demissão com assistência do Sindicato e pelo processo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE DOS PRÉ-APOSENTADOS

Os empregados que estiverem a apenas 03 (três) anos da aposentadoria por tempo de serviço, nos termos da legislação previdenciária e que contem com, pelo menos, 06 (seis) anos de trabalho consecutivos na mesma cooperativa, não poderão ser demitidos, exceto nos casos de comprovada justa causa.

Parágrafo único: O empregado poderá ser dispensado caso a cooperativa indenize o valor correspondente às mensalidades (contribuições previdenciárias) relativas ao período necessário para que se complete o tempo para a aposentadoria, com base no último salário reajustado na forma da presente Convenção.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão, obrigatoriamente, a alimentação gratuita (almoço ou jantar ou lanche), ao empregado que, eventualmente, e por necessidade do serviço, tiver que exceder em mais de duas (2) horas sua jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESJEJUM

Será oferecido pelas cooperativas um desjejum, composto de, no mínimo, café, pão e leite aos empregados que encerram sua jornada de trabalho em plantão noturno.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COM REDUÇÃO PROPORCIONAL DO SALÁRIO

Fica permitida, com fundamento no artigo 7º, VI, da Constituição Federal, com mútuo consentimento, a redução da carga horária com redução salarial proporcional à redução pactuada, assegurando o pagamento do adicional de insalubridade sobre o salário mínimo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

Ficam facultadas para empregados do setor de enfermagem, bem como para aqueles das áreas operacionais (lavanderia, cozinha, limpeza, farmácia etc.) que trabalhem em regime de escalas ou plantões, em hospitais ou clínicas, as seguintes modalidades de horários:

- a)** para o horário diurno ou noturno, fica facultada a jornada de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, garantido o intervalo de, pelo menos, 1 (uma) hora em cada jornada de 12 horas, para repouso/alimentação;
- b)** outras jornadas que tenham amparo legal, inclusive as definidas na cláusula que regulamenta a troca de plantão.

Parágrafo primeiro: As jornadas de trabalho já praticadas serão mantidas, conforme dispõe o art. 468, da CLT.

Parágrafo segundo: As cooperativas deverão afixar, até o dia 25 do mês anterior, as escalas/horário de trabalho do mês seguinte, em quadro de avisos, em local visível e de acesso, sem restrições, aos empregados, a fim de satisfazer às diretrizes estabelecidas no art. 74, da CLT. Fica facultado ao sindicato solicitar as escalas dos locais em que trabalhem mais de dez empregados, devendo as cooperativas atenderem ao pedido em cinco dias úteis.

Parágrafo terceiro: Na jornada de plantão de 12 horas, os empregados gozarão de pelo menos 1 (uma) hora para descanso/alimentação.

Parágrafo quarto: As cooperativas deverão dispor de local adequado para repouso dos empregados e empregadas que trabalham em regime de plantão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TROCA DE PLANTÕES

É assegurado ao profissional abrangido pela presente Convenção a troca de, no máximo, 5 (cinco) plantões por mês, desde que:

- a)** não comprometa a prestação dos serviços;
- b)** seja respeitado o intervalo intrajornada de, no mínimo, 11 (onze) horas entre um plantão e outro;
- c)** seja respeitado o descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas.

Parágrafo único: Em caso de troca de plantão, ficam autorizadas as jornadas de 12 horas de trabalho por 12 horas de descanso e/ou de 12 horas de trabalho por 24 horas de descanso, desde que o total de horas no mês em que ocorreram as trocas de plantões não ultrapasse o quantitativo de horas resultantes da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO NA ESCALA

Para o empregado que esteja a 18 (dezoito) meses cumprindo a mesma escala, o empregador se compromete a priorizar sua permanência no horário, não podendo alterar sua escala de serviço, salvo a pedido feito por escrito pelo empregado.

Parágrafo Único: O caput da cláusula não se aplicará nos casos de indisciplina mediante a comprovação de três advertências formais devidamente assinadas pelo funcionário ou testemunhas.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FREQUÊNCIAS AS REUNIÕES E CURSOS

As reuniões de trabalho de comparecimento obrigatório deverão ser realizadas durante os expedientes dos empregados. Entretanto, as horas que ultrapassarem a jornada normal de trabalho, serão computadas em banco de horas ou remuneradas como horas extraordinárias, por representarem tempo à disposição da cooperativa.

Parágrafo único: Caso as reuniões ocorram fora do horário do trabalho do empregado e seu comparecimento seja obrigatório, além do pagamento das horas extraordinárias previstas no caput, a empresa fornecerá o(s) vale(s)-transporte necessário(s) para sua locomoção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PROVA DE CONCURSO OU SELEÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PUNIÇÃO

O empregado que for se submeter a concurso público ou seleção pública poderá faltar uma vez por semestre no dia da prova, desde que:

- a) comunique com antecedência de 20 (vinte) dias ou até dois dias após a divulgação da data da prova, se menor do que 20 (vinte) dias;
- b) o horário da prova seja coincidente com o horário de trabalho.

Parágrafo único: Esta ausência será considerada falta justificada não abonada, ou seja, o empregador poderá fazer os descontos legais decorrente da falta deste dia, mas não poderá punir o empregado. Esta concessão não prevalecerá se o empregado não comprovar sua participação no certame até o quinto dia útil subsequente à realização do mesmo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TOLERÂNCIA

As cooperativas concederão aos seus empregados uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos para aferição do controle de ponto no início do expediente e 10 (dez) minutos ao final do expediente. Excedida essa tolerância, haverá desconto do tempo do atraso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DOBRA DE PLANTÃO

Os empregadores não poderão punir o empregado que recuse, desde que justificadamente, a dobrar sua jornada quando convocado para suprir ausência de outro empregado escalado para o turno subsequente ao seu.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO

As suspensões das atividades de trabalho por um período temporário, de interesse exclusivo da Cooperativa, isentam o empregado de quaisquer tipos de desconto ou qualquer forma de compensação posterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA

As cooperativas poderão, a seu critério, reduzir o intervalo intrajornada de trabalho dos empregados lotados na sede administrativa para, no mínimo, uma hora.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes não sofrerão descontos nos seus salários em virtude de falta ao serviço por motivo de realização de exames vestibulares ou provas ENEM (no máximo dois), desde que comuniquem a ausência com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e que o horário do exame coincida com o horário de trabalho. Essa concessão não prevalecerá se o empregado não comprovar a sua participação no exame ou prova, até o 10º dia útil subsequente à da realização do mesmo.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GRÁVIDAS E LACTANTES. AFASTAMENTO DE LOCAL INSALUBRE

A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre, sem prejuízo de seus salários, adicionais e benefícios, conforme Art. 394-A da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FILHO AO MÉDICO

Serão consideradas dispensas do trabalho sem prejuízo da remuneração, o atraso ou ausência do (a) empregado (a) quando para acompanhar filho menor de 8 (oito) anos ou inválidos ou autistas de qualquer idade a atendimento médico, devendo ser limitada a 1 (uma) consulta por trimestre, e desde que haja comprovação de atestado médico ou declaração de comparecimento, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a ausência do(a) empregado(a). Em caso de internação em Unidade Hospitalar, a dispensa do(a) empregado(a) sem prejuízo da remuneração, poderá ocorrer em até 07 (sete) dias contínuos observado a idade da criança menor de 10 (dez) anos, desde que haja indicação médica de internamento.

Parágrafo Único: Para acompanhamento de pais com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos, o(a) empregado(a) não terá prejuízo em sua remuneração, em caso de ausência de até 3 dias por motivo de internação, limitada a 1 (uma) vez por ano. Desde que haja comprovação através de declaração médica informando a internação e acompanhamento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIAS PERMITIDAS SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO E DEMAIS VANTAGENS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, vantagens e benefícios:

I - até 2 (dois) dias consecutivos subsequentes ao falecimento de cônjuge ou parentes de primeiro grau (art. 473, I, da CLT);

II - até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento, a contar da data do evento;

III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada, contados do dia útil seguinte ao da ocorrência do evento;

IV - por 01 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, devendo a ausência ser no dia da doação;

V - pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez (Art 473, X, da CLT). O empregado deverá comunicar com pelo menos 48 horas de antecedência para que a equipe faça as alterações necessárias na escala;

VI - até 3 (três) dias, a cada 12 (doze) meses de trabalho, o empregado ou empregada, nos termos do art. 473, XII, da CLT, poderão ausentar-se para realização de exames de prevenção de câncer, devidamente comprovada, por meio de atestados, declaração de comparecimento ou exibição do resultado do exame.

VII - pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 6 (seis) consultas médicas e demais exames complementares, a empregada poderá, em conformidade com o Art. 392, § 4º, da CLT, durante a gravidez, ausentar-se do trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - AUSÊNCIA REMUNERADA PARA EMPREGADAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O empregador abonará as faltas ao trabalho da empregada que venha a sofrer violência doméstica. Esta ausência remunerada tem por objetivo permitir que a empregada possa dispor de tempo para recuperação física e/ou psicológica/médica, bem como para adotar as providências que o caso demandar. O tempo mínimo desta licença será de 3(três) dias, podendo se estender até 7(sete), em razão da gravidade do caso, mediante negociação com o setor de Recursos Humanos da empresa. A empregada deverá apresentar boletim de ocorrência.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO DE ELEIÇÃO DA CIPA

As cooperativas deverão comunicar a organização da eleição da CIPA para o sindicato de acordo com a NR 5 da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

As cooperativas ficam obrigadas a enviar para o Sindicato profissional uma via da Comunicação de Acidente do Trabalho ou doença profissional, encaminhada ao INSS.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO

Os empregadores obrigam-se a garantir o transporte gratuito do empregado acidentado no trabalho dentro da cooperativa e quando a gravidade do acidente impedir a locomoção do mesmo, imediatamente após a ocorrência, até o local de efetivação do atendimento de emergência.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, CONGRESSOS, CONSELHOS E FORUNS.

Serão abonadas as faltas dos profissionais da categoria decorrentes de participação em congresso ou seminários que se prestem ao aprimoramento profissional, no limite de 01 (um) evento anual, exceto para os diretores do sindicato profissional, para os quais não haverá limites, desde que:

- a) exista solicitação prévia, para aprovação do empregador, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias;
- b) o afastamento se limite, no mínimo, a 01 (um) profissional da categoria e, no máximo, 10 (dez) dos profissionais existentes na cooperativa, naquele período;
- c) o afastamento não ultrapasse o período máximo de 7 (sete) dias, incluindo os dias do descanso semanal remunerado.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DISPONIBILIDADE REMUNERADA DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Ficam liberados do expediente diário no seu emprego, 03 (três) dirigentes efetivos ou suplentes do sindicato profissional, na razão máxima de 01 (um) dirigente efetivo ou suplente, por cooperativa hospitalar, sem perdas de sua remuneração e demais vantagens, como se tivesse o empregado liberado em pleno exercício de suas funções no seu emprego.

Parágrafo Único: O sindicato profissional notificará previamente a Cooperativa respectiva, indicando os nomes dos diretores a serem liberados.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - TAXA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

As cooperativas descontarão de cada empregado beneficiado pela presente convenção, duas parcelas de R\$50,00, cada, nas folhas de pagamento dos meses de novembro e de dezembro de 2025, a título de taxa de negociação coletiva.

Parágrafo Primeiro: Os empregados associados ao sindicato laboral ficam isentos do pagamento da taxa de negociação coletiva.

Parágrafo segundo: A oposição à taxa de negociação coletiva poderá ser feita através de oposição individual do empregado, protocolizada em duas vias, no período de 01 a 10 de outubro de 2025, no horário das 8 às 17 horas, junto à secretaria do sindicato laboral, em Fortaleza ou nas subsedes de Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral, ou por carta postada com aviso de recebimento (AR) nos Correios, remetida à sede da

entidade sindical laboral, localizada na Rua Padre Mororó, 670, Centro, Fortaleza/CE, conforme ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, de 24.MAR.2009 do M.T.E.

Parágrafo Terceiro: O valor descontado será recolhido ao sindicato profissional através de guia própria emitida pelo SINDSAÚDE, até o dia 10 do mês seguinte ao do desconto, depositando-se na conta corrente nº 00.6587-4, da Caixa Econômica Federal, agência 0031.

Parágrafo Quarto: O sindicato profissional deverá enviar para as cooperativas, até o dia 15 de novembro de 2025, a relação dos empregados que se opõem ao desconto.

Parágrafo Quinto: As cooperativas encaminharão ao sindicato laboral, comprovante de recolhimento da taxa de negociação coletiva, até o décimo dia após a quitação, acompanhado da relação de empregados, contendo função, salário e valor descontado, conforme Precedente Normativo 41, do TST.

Parágrafo Sexto: Em caso de fiscalização por parte do M.T.E ou da SRTE, o sindicato laboral responderá por qualquer valor pecuniário que venha a ser imputado às cooperativas em razão de multas administrativas, cujo fato gerador seja a taxa de negociação coletiva, firmada no caput da presente cláusula, assim como responderá pelo ônus financeiro de eventual ação judicial que venha a ser ajuizada questionando tal taxa. Fica facultado às cooperativas compensar com qualquer valor a ser repassado ao SINDSAÚDE, eventuais encargos de que trata o presente parágrafo.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - MENSALIDADE DO SINDICATO PROFISSIONAL

As cooperativas descontarão, na folha de pagamento dos empregados filiados ao sindicato laboral, o valor das mensalidades decididas em assembleia da categoria, desde que haja autorização de desconto por parte do empregado.

Parágrafo único: O valor descontado a título de mensalidade sindical será recolhido ao sindicato profissional através de guia própria emitida pelo SINDSAÚDE, até o 5º dia útil do mês seguinte ao do desconto, depositando-se na conta corrente nº 00.6587-4, da Caixa Econômica Federal, agência 0031.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO, PRORROGAÇÃO E ADITAMENTO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho poderá ser prorrogada, aditada e rescindida por comum acordo, obedecendo aos ditames legais.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA MULTA POR VIOLAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA

Na hipótese de violação de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica o infrator obrigado a pagar a multa correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por cláusula da CCT descumprida, a favor da outra parte deste pacto laboral.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONVENÇÃO E GANHO

Nenhum empregado poderá ter seus ganhos diminuídos por motivo da aplicação da presente Convenção, nem dela poderá ser excluído, seja qual for o seu tempo de serviço e o cargo ou função que desempenha na Cooperativa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EXTENSÃO DA ABRANGÊNCIA

São beneficiários da presente Convenção Coletiva de Trabalho os empregados representados pelo sindicato laboral vinculados às seguintes Cooperativas Empregadoras:

Unimed Abolição: 00.756.138/0001-15,
Unimed Aracati: 41.314.246/0001-15,
Unimed Cariri: 07.583.396/0001-96,
Unimed Ceará: 10.395.358/0001-14,
Unimed Centro Sul: 11.685.526/0001-79,
Unimed Crateús: 41.316.696/0001-47 (escritório),
Unimed Nordeste do Ceará: 00.248.627/0001-66 (escritório),
Unimed Sertão Central: 41.317.124/0001-82,
Unimed Sobral: 07.649.106/0001-60 (escritório)
Unimed Sobral: 07.649.106/0002-40 (hospital)
Unimed Vale do Jaguaribe: 41.314.220/0001-77

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXTENSÃO DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

As cláusulas pactuadas na presente convenção coletiva de trabalho não perderão sua eficácia durante o período compreendido entre o final do prazo de vigência do presente instrumento coletivo e a assinatura de novo instrumento coletivo, desde que o sindicato laboral envie à UNIMED DO CEARÁ a proposta de novo acordo coletivo de trabalho até 15 dias antes do final do prazo de vigência deste CCT.

Parágrafo único: A presente Convenção Coletiva de Trabalho poderá ser prorrogada, aditada e rescindida por comum acordo, obedecendo aos ditames legais.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DA COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Os empregadores poderão adotar o sistema de Compensação de Jornada de Trabalho e o “banco de horas”, previstos no § 2º do art. 59 da CLT, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia.

Parágrafo primeiro: As horas trabalhadas a mais não poderão exceder a duas horas por dia e deverão ser computadas em “horas a compensar” e zeradas a cada semestre. Caso as “horas a compensar” não sejam zeradas, o saldo de horas a compensar será pago como hora extra, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no mês seguinte ao semestre apurado, observando-se, ainda, que a hora trabalhada a mais nos domingos, feriados ou dia de folga, deverá ser paga com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo segundo: Serão excluídos do regime de compensação de jornada, estabelecida na presente convenção, os seguintes profissionais: auxiliares e técnicos de enfermagem, auxiliares e técnicos de laboratório e demais empregados que trabalham em regime de plantão de 12 (doze) horas.

Parágrafo terceiro: Quando solicitado pelo empregado, o empregador deverá fornecer a este, extrato individual das horas trabalhadas pelo regime de compensação, contendo o nome do empregado, as horas trabalhadas, as horas compensadas e as horas pagas.

Parágrafo quarto: Em caso de haver quaisquer divergências ou dúvidas do empregado acerca do quantitativo de horas a serem compensadas, poderá o sindicato laboral requerer uma mesa de entendimento face ao sindicato patronal que mediará junto a entidade empregadora. A solicitação da mesa de entendimento dar-se-á através de comunicação escrita ao sindicato patronal que, em resposta, envidará esforços para mediar o conflito em 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo quinto: Admite-se a dobra de plantão somente nos casos de calamidade pública decorrente de enchente, terremotos ou apagão no sistema elétrico e nos casos de greve de ônibus. Nestes casos, as horas trabalhadas a título de dobra de plantão serão pagas como extras com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal ou de 100% (cem por cento), quando a dobra de plantão recair em feriado ou no descanso semanal remunerado.

Parágrafo sexto: No caso de rescisão de contrato de trabalho será procedido o ajuste do sistema na forma do § 3º do art. 59, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.601/98, art. 6º, ou seja, quando por iniciativa do empregador:

O empregado com saldo credor receberá o valor correspondente ao seu crédito no banco de horas acrescido do adicional legal;

a) O empregado com saldo devedor de horas terá o seu débito no banco de horas descontado nos haveres rescisórios.

Parágrafo sétimo: Não estão abrangidos pelo regime previsto nesta cláusula, na forma do art. 62, II, da CLT, os empregados que exerçam funções de gerência ou coordenação, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste parágrafo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTROLE DO TRABALHO EXTERNO (HOME OFFICE)

Fica autorizada pela presente CCT a implantação do TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTÂNCIA ou HOME OFFICE na forma dos artigos 75 A, 75 B, 75 C, 75 D e 75 E, da CLT.

Parágrafo primeiro: Considera-se TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTÂNCIA ou HOME OFFICE a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do EMPREGADOR, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo, de forma que o comparecimento às dependências do EMPREGADOR para a realização de atividades específicas, bem como participar de treinamentos, cursos ou palestras que exijam a presença do EMPREGADO não descaracteriza o regime de TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTÂNCIA ou HOME OFFICE.

Parágrafo segundo: Nos termos desta cláusula o empregado continuará a exercer as atribuições próprias de suas funções conforme o vigente contrato individual de trabalho, inclusive respeitando o horário de trabalho, intervalos destinados a refeição/descanso e folgas. Contudo as atividades profissionais pertinentes ao cargo serão realizadas em sua residência ou outro local indicado pelo trabalhador e de sua preferência.

Parágrafo terceiro: Para as cooperativas de serviços médicos que adotarem TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO, TRABALHO A DISTÂNCIA ou HOME OFFICE ou mesmo as atividades nos postos de trabalho dentro da cooperativa, fica autorizado adotar controle da jornada de trabalho alternativas na forma prevista na Portaria 373 de 25 de fevereiro de 2011, art. 1º, cujo software utilizado para o controle do ponto deverá ser homologado e cumprir todos os requisitos previstos na citada Portaria.

Parágrafo quarto: Em razão das marcações serem realizadas via dispositivo remoto na estação de trabalho, o empregador garante o compromisso com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Parágrafo quinto: O empregador compromete-se a fornecer orientações visando prevenção de doenças ocupacionais através da promoção de campanhas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - FORO COMPETENTE

As controvérsias decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

}

**JOSE QUINTINO NETO
PRESIDENTE
SIND EMPREGADOS ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE NO EST CEARA**

**DILSON LAMAITA MIRANDA
PRESIDENTE
SINDICATO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE SERVICOS MEDICOS**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.